



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7863

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Imóveis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 21/06/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 95/2012. Desafeta e autoriza o Poder Executivo a fazer a cessão de direito real de uso do bem público municipal à Câmara de Montes Claros, destinado à construção do novo prédio do Poder Legislativo, e dá outras providências. (Terreno medindo 1.127,00 m², localizado entre as ruas Urbino Viana e Raimundo Penalva). (Referente à Lei nº 4.539, de 09/07/2012).

**Controle Interno – Caixa:** 12.5

**Posição:** 28

**Número de folhas:** 12

---

Especie: PL  
Categoria: Imóvel  
Cl: 12.5  
Ordem: 28  
nº fls: 10



Nº 67/2012

26.06.2012

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 95/2012.

Lei Municipal Nº 4.539, de 09/07/2012

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Desafeta e Autoriza a Cessão de Direito real de Uso do Bem Público Municipal, e dá Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em 21/06/2012

Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - APROVADO em REGIME DE URGÊNCIA
- 2 - em 26.06.2012.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

As comissões  
21/06/12

PROJETO LEI Nº. **95**

DE 18 DE JUNHO DE 2012.

Lei nº 4.539, de 9 de julho de 2012



**DESAFETA E AUTORIZA A CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO BEM PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer cessão de direito real de uso, do seguinte imóvel de propriedade do Município: UM TERRENO situado entre as ruas Urbino Viana e Raimundo Penalva, nesta cidade de Montes Claros – MG, com a área total de 1.127,00m<sup>2</sup> (hum mil, cento e vinte e sete metros quadrados), assim delimitada:

*"partindo do cruzamento da rua Urbino Viana com Rua Raimundo Penalva, ponto onde inicia esta descrição, segue no alinhamento da rua Urbino Viana na distância de 33,40m até o terreno do Hemominas; daí, deflete à direita e segue limitando com o terreno do Hemominas na distância de 33,67m até a área B; daí, deflete à direita e segue limitando com a área B na distância de 33,40m até a rua Raimundo Penalva; daí, deflete à direita e segue no alinhamento da rua Raimundo Penalva na distância de 33,75m até o ponto inicial desta descrição."*

**Art. 2º** - A cessão de que trata esta lei será realizada a título gratuito, à Câmara Municipal de Montes Claros e destina-se à edificação da sede e instalações do Poder Legislativo do município.

**Art. 3º** - A cessionária deverá, por sua conta exclusiva, edificar no imóvel objeto da cessão, as construções necessárias com suas respectivas instalações e responderá por todos os encargos civis, administrativos, tributários, trabalhistas e quaisquer outros que venham a ser devidos, relativos à construção e/ou utilização do imóvel e suas eventuais rendas, respeitadas as isenções legais.

**Parágrafo único** – O prazo para as construções e efetiva implantação da sede do Legislativo Municipal, pela cessionária, é de 12

*Ce*



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

(doze) meses, contados do ato de cessão pelo Município, podendo, a critério deste, ser prorrogado, por motivo justificado.

**Art. 4º** - A cessão prevista nesta lei se dará pelo prazo de 10 (dez) anos e será regida pelas cláusulas e condições do instrumento contratual a ser celebrado com o Município.

**Parágrafo único** - O prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Município e mediante as condições por ele estabelecidas.

**Art. 5º** - Fica dispensada a concorrência de que trata o art. 11 § 1º da Lei Orgânica Municipal, nos termos do seu art. 107 § 1º.

**Art. 6º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

De Belo Horizonte para Montes Claros, 18 de junho de 2012.

**Luiz Tadeu Leite**  
*Prefeito Municipal*





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

De Belo Horizonte para Montes Claros (MG), 18 de junho de 2012.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2012

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que ***“AUTORIZA A CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

A cessão objeto do referido projeto de lei visa possibilitar a construção da sede do Poder Legislativo Municipal, para que este possa desempenhar adequadamente as suas atividades, o que é de inegável interesse público.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal



## **MEMORIAL DESCRITIVO**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

#### **Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação**

#### **DIVISÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS**

**IDENTIFICAÇÃO** : Área A - Terreno urbano situado entre a Rua Raimundo Penalva, Rua Urbino Viana, Prédio do Hemominas e Terreno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais


**ÁREA TOTAL** : 1.127,00 m<sup>2</sup>.

**PROPRIETÁRIO** : Município de Montes Claros

**FINALIDADE** : Cessão de Uso para Câmara Municipal de Montes Claros - MG

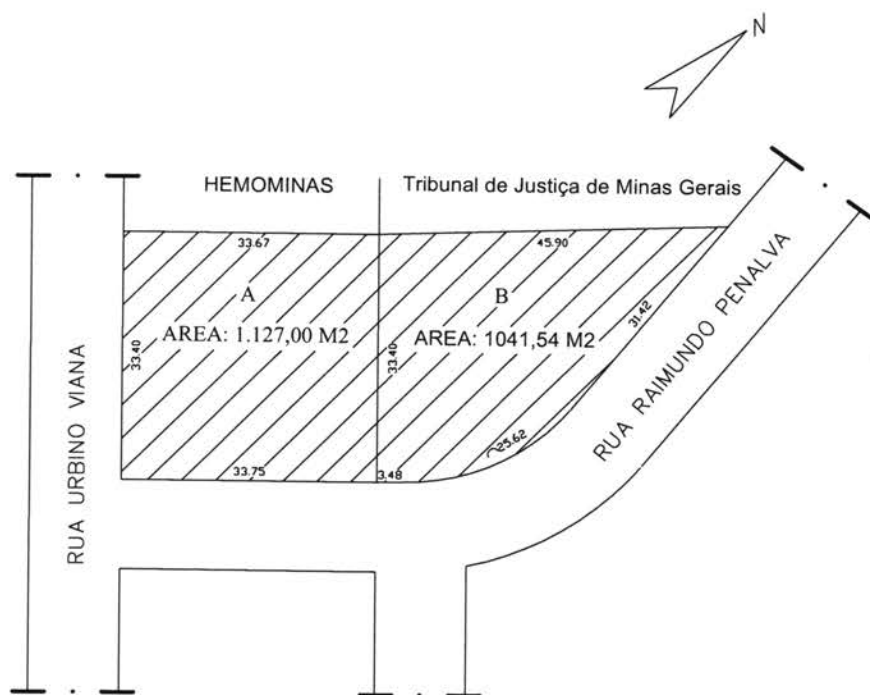
### **DESCRIÇÃO**


Partindo do cruzamento da Rua Urbino Viana com Rua Raimundo Penalva, ponto onde inicia esta descrição, segue no alinhamento da Rua Urbino Viana na distância de 33,40m até o terreno do Hemominas; daí, deflete à direita e segue limitando com o terreno do Hemominas na distância de 33,67m até a área B; daí, deflete à direita e segue limitando com a área B na distância de 33,40m até a Rua Raimundo Penalva; daí, deflete à direita e segue no alinhamento da Rua Raimundo Penalva na distância de 33,75 até o ponto inicial desta descrição, perfazendo uma área de 1.127,00m<sup>2</sup>.

  
\_\_\_\_\_  
José Elias Rabelo  
Engenheiro Agrimensor  
CREA-MG: 90.801/D

### **SEÇÃO DE TOPOGRAFIA**

Montes Claros, 23 de maio de 2012.



  
 José Elias Rabelo  
 Engenheiro Agrimensor  
 CREA-MG: 90.801/D



**PREFEITURA DE MONTES CLAROS**  
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO  
 SEPLAN

#### SEÇÃO DE TOPOGRAFIA E INFORMAÇÕES TERRITORIAIS

Terreno Urbano situado entre a Rua Raimundo Penalva, Rua Urbino Viana, Prédio do Hemominas e Terreno destinado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Proprietário: Município de Montes Claros - MG

Área Total: 2168,54m<sup>2</sup>

Área A: 1.127,00m<sup>2</sup>

Área B: 1.041,54m<sup>2</sup>

Escala: 1/1000

Maio / 2012





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 095/2002 QUE “Desafeta e autoriza a Cessão de Direito Real de Uso do Bem Público Municipal e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que a administração dos bens municipais compete ao Executivo.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de junho de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 95/2012**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Desafeta e Autoriza a Cessão de Direito Real de Uso do Bem Público Municipal, e dá Outras Providências"**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 21/06/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 22/06/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo autorizar a desafetação da categoria de bens do uso institucional e incorporar na dos bens dominicais, um terreno com área de 1.127,00 m<sup>2</sup> (mil, cento e vinte e sete metros quadrados) situado na Rua Raimundo Penalva, nesta cidade, para ser cedido, a título gratuito à Câmara Municipal de Montes Claros, destinado à edificação da sede e instalações do Poder Legislativo do município.

Importante ressaltar que a Câmara Municipal funciona no prédio da Prefeitura Municipal e suas instalações já não comportam a estrutura parlamentar e administrativa, necessitando urgentemente de sede própria.

Como compete ao Município legislar sobre assunto de interesse local, sendo reservada ao Executivo a administração dos bens municipais, bem como a disposição dos mesmos, esta Comissão entende que a proposição, em análise, não incide em vício de iniciativa e nem fere normas legais e/ ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2012.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá: A. Silveira

Vice: Presidente - Athos Mameluque Mota: Athos Mameluque Mota

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus Cláudio Rodrigues de Jesus





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Procuradoria Jurídica*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

## CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

**CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO** que entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 22.678.874/0001-35, com sede administrativa na Av. Cula Mangabeira, nº 211 – centro – Montes Claros – MG, representado pelo Prefeito Municipal, Dr. **Luiz Tadeu Leite**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 139.916.806-10, residente nesta cidade de Montes Claros, doravante denominado **CEDENTE**; e, de outro lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**, poder legislativo municipal com sede na Av. Doutor João Luiz de Almeida, nº 40 - Montes Claros – MG, CNPJ nº 25.218.645/0001-26, aqui representada pelo seu Presidente, Sr. **Valcir Soares da Silva**, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF sob o nº 775.743.546-34, portador da Cédula de Identidade M5448008 – SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Por este instrumento, de conformidade com a Lei Municipal nº 4.539, de 09 de julho de 2012, cujos termos ficam fazendo parte integrante deste instrumento independente de transcrição, o **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS** efetua a **cessão de direito real de uso**, a título gratuito, do seguinte imóvel de propriedade do Município: **UM TERRENO** situado entre as ruas Urbino Viana e Raimundo Penalva, perímetro urbano desta cidade de Montes Claros – MG, com a área total de 1.127,00m<sup>2</sup> (hum mil cento e vinte e sete metros quadrados), com os seguintes limites: “partindo do cruzamento da rua Urbino Viana com rua Raimundo Penalva, ponto onde se inicia esta descrição, segue no alinhamento da rua Urbino Viana na distância de 33,40m até o terreno do Hemominas; daí, deflete à direita e segue limitando com o terreno do Hemominas na distância de 33,67m até a área B; daí, deflete à direita e segue limitando com a área B na distância de 33,40m até a rua Raimundo Penalva; daí, deflete à direita e segue no alinhamento da rua Raimundo Penalva, na distância de 33,75m, até o ponto inicial desta descrição”.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE**

2.1. O imóvel objeto da presente cessão de direito real de uso, descrito na cláusula primeira deste instrumento, destina-se à edificação da sede e instalações do Poder Legislativo do Município, o que deverá ser imediatamente realizado, transferindo o Município à referida Câmara Municipal, por este ato, a posse do referido imóvel.

2.2. Durante a vigência da cessão e como condição para manutenção desta, a cessionária não poderá dar ao imóvel destinação ou permitir a sua utilização para fins diversos de suas finalidades institucionais, salvo prévia e expressa autorização do cedente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**







# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Procuradoria Jurídica*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

A cessão que ora se efetiva é realizada pelo prazo de 10 (dez) anos, contatos a partir da data de assinatura do presente instrumento, regida pela lei municipal nº 4.539/2012, pelas cláusulas e condições constantes deste instrumento e pelas disposições legais aplicáveis à espécie, podendo ser renovada por até idêntico período, a critério exclusivo do Município cedente, desde que mantidas as condições que originaram a cessão.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A cessionária, Câmara Municipal de Montes Claros, se obriga a:

I – edificar / implantar no imóvel objeto da cessão, no prazo de 12 (doze) meses, contados da data deste instrumento e às suas expensas, a **sede do Poder Legislativo Municipal, com suas instalações e dependências**;

II - não ceder, emprestar ou permitir o uso do imóvel por terceiros e/ou para atividades diversas de suas finalidades institucionais, salvo prévia e expressa autorização do cedente;

III - apresentar periodicamente, conforme vierem a ser exigidos pelo cedente, relatórios referentes ao cumprimento das obrigações pactuadas neste instrumento;

IV - obedecer e cumprir toda a legislação federal, estadual e municipal a que deva se sujeitar, bem como arcar, com pontualidade, com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e quaisquer outras que forem devidas;

V – comunicar ao cedente, imediatamente, qualquer fato relevante que possa afetar a presente cessão ou seja do interesse do Município conhecer.

4.2. Compete ao Município cedente:

I – na forma da legislação vigente, examinar / aprovar projetos de construções / instalações;

II – exigir da cessionária, a qualquer tempo, o fiel cumprimento de suas obrigações e a observância, pela mesma, das normas legais vigentes, sujeitando-se cessionária, em caso de inadimplemento ou omissão, às penalidades aplicáveis, dentre as quais a automática revogação / rescisão da presente cessão, em caso de não cumprimento do que prevê a lei municipal nº 4.539/2012, o presente instrumento e/ou a legislação vigente, sendo que eventual tolerância do cedente não poderá ser interpretado como concordância ou renúncia de seu direito.

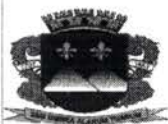
## CLÁUSULA QUINTA – DA EXTINÇÃO / REVOGAÇÃO DA CESSÃO

5.1. A presente cessão será considerada automaticamente revogada e extinta, independente de qualquer aviso ou notificação à cessionária, com a consequente retomada da posse do imóvel pelo cedente, se a cessionária não efetivar, no prazo estabelecido, a implantação do empreendimento.

5.2. Constitui ainda razão para revogação / extinção unilateral da cessão, pelo Município cedente:







# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Procuradoria Jurídica*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

- I – o não recolhimento pela cessionária, em seus respectivos vencimentos, dos impostos, taxas e quaisquer tributos devidos;
- II – o não cumprimento, pela cessionária, de suas obrigações legais / contratuais para com seus empregados;
- III – a utilização do imóvel para qualquer fim diverso do estabelecido na cessão, sem prévia e expressa autorização do cedente;
- IV – o inadimplemento, pela cessionária, de quaisquer de suas obrigações legais / contratuais previstas, bem como a violação de quaisquer normas legais a que a mesma esteja sujeita.

5.3. Vencido o prazo da cessão ora realizada, ou ocorrendo a sua revogação / extinção por qualquer motivo, todas as construções, benfeitorias e instalações feitas / existentes no imóvel objeto da cessão, inclusive benfeitorias caracterizadas como úteis ou necessárias, ficarão automaticamente incorporados ao imóvel e passarão a pertencer ao Município cedente, independente de qualquer indenização, a qualquer título, salvo se, quanto a tais benfeitorias, não forem de interesse do cedente, que assim poderá autorizar ou mesmo exigir a sua retirada, às expensas exclusivas da cessionária.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Caberá à cessionária providenciar, às suas expensas, o registro deste instrumento contratual, no prazo 90 (noventa) dias, contados desta data, apresentando ao cedente, no prazo referido, a respectiva certidão comprobatória, ficando o Cartório do Registro de Imóveis competente autorizado a promover os registros / averbações pertinentes.

6.2. Fica eleito o foro desta Comarca de Montes Claros para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Assim pactuadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, com as testemunhas adiante identificadas / assinadas.

Montes Claros (MG), 12 de setembro de 2012.

  
**Luiz Tadeu Leite**  
Prefeito Municipal

  
**Valcir Soares da Silva**  
Presidente da Câmara Municipal

### TESTEMUNHAS:

1):  2): 

Nome: 

CPF: 503.573.446-34

Nome: 

CPF: 

